

Autor:

António Resende de Oliveira

antonioroliveira19@gmail.com

Título:

Mulher e cultura nos primórdios da universidade portuguesa

Resumo:

Embora afastada da escolaridade medieval e moderna portuguesas, a ligação da mulher à cultura nunca deixou de estar presente no percurso de muitas mulheres desde a Antiguidade aos tempos modernos. Situada no âmbito da oralidade que acompanhou a grande maioria de população nos períodos medieval e moderno, ou aproximando-se já de círculos com acesso a manifestações da cultura escrita, e participando e dinamizando mesmo ambos os meios culturais, são muitos os contextos que exigiram a sua presença. Neste ensaio, e sem preocupações de exaustividade, exploramos alguns exemplos que deixaram marcas na documentação do período que acompanhou as primeiras décadas da história da universidade em Portugal, e que nos permitem divisá-la em diferentes actividades relacionadas com os dois meios culturais assinalados.

Palavras-chave: História da Mulher, Idade Média, cultura, soldadeira, mecenato, bibliotecas.

Abstract:

Although removed from Portuguese medieval and modern schools, the connection of women to culture was always present in the path of many women from Antiquity to modern times. Integrated within the scope of the orality that accompanied the vast majority of the population in the aforementioned periods, or approaching themselves from circles with access to written culture, and participating and stimulating even different cultural systems, there are many contexts that required his presence. In this essay, without any concern of completeness, we explore some examples from documents that have accompanied the first decades of the history of the Portuguese university, and that allow you to see her in different activities related to the cultural environments mentioned.

Keywords: Women's history, Middle Ages, culture, 'soldadeira', female patronage, libraries

Plano

As culturas medievais

Os inícios da Universidade e a mulher

Jogralesas e soldadeiras

Refranes que dizem las viejas tras el fuego

A mulher e o livro

Balanço provisório

Como citar este artigo:

António Resende de Oliveira, «Mulher e cultura nos primórdios da universidade portuguesa», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 6, 2021, pp. 65-77.
DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua6a3>

MULHER E CULTURA NOS PRIMÓRDIOS DA UNIVERSIDADE PORTUGUESA*

António Resende de Oliveira
Prof. Aposentado da FLUC
Investigador integrado do CHSC
ORCID: 0000-0003-2123-1943

Raras e discretas poderia, talvez, ser um bom título para uma comunicação que tratasse, como esta, da ligação entre a mulher e a cultura nas primeiras décadas de funcionamento da universidade portuguesa. Poderia... mas tal como se poderia falar igualmente de *raros e discretos*, pensando na ligação à cultura dos homens do mesmo período. Diferença, não de somenos, é certo, somente a poderíamos assinalar na produção cultural escrita, ainda ausente na mulher.

As culturas medievais

Servem estas palavras apenas para uma primeira nota sobre o mundo cultural do período em análise e sua especificidade. A passagem do mundo antigo ao medieval foi marcada pelo desaparecimento da cultura escrita do meio laico, ficando esta condicionada pelas instituições eclesíásticas, dependentes de um conjunto de textos era necessário ler, interpretar e preservar. Os textos sagrados, em primeiro lugar, mas também as obras dos autores eclesíásticos, sobretudo dos mais importantes deles, os Padres da Igreja, fundamentais para a interpretação daqueles textos. Esta situação implicou uma redução significativa do acto escrito, se pensarmos que o meio eclesíástico nunca terá ultrapassado cerca de 1% da população europeia. Por outras palavras, entrávamos num mundo onde a cultura era essencialmente uma cultura oral, poético-musical, com a sua congénere escrita a passar por uma fase de hibernação junto das sés e dos mosteiros¹. Com a manutenção da escrita, a Igreja prosseguiu o esforço educativo

* Comunicação apresentada no ciclo de estudos *Raras e Discretas: as primeiras mulheres na universidade de Coimbra*, realizado a 26 de abril de 2017 no Arquivo da Universidade de Coimbra (sala D. João III), e organizado pelo CHSC com a coordenação científica de Irene Vaquinhas.

¹ Tudo começara nos séculos subsequentes à queda de Roma (Ward-Perkins 2006, cap. VII). Estando nós fora do período que pretendemos tratar, permitimo-nos apenas lembrar que a importância crescente da oralidade na Alta Idade Média tem sido abordada a partir de diferentes disciplinas das ciências sociais, nomeadamente em obras de Walter Ong, Marshall McLuhan, Paul Zumthor ou Jack Goody. Georges Duby parece mesmo ir mais longe quando fala nas ameaças que pairaram sobre a manutenção da própria cultura escrita na sequência do renascimento carolíngio: «Limité aux sommets de la société ecclésiastique, le milieu des lettrés fut si malmené après 860, que l'usage de l'écriture, déjà fort restreint, se perdit

do mundo antigo criando escolas, para o ensino do latim e da escrita, e tentando manter igualmente o programa de estudos proveniente dos finais do Império, apoiado na gramática e na retórica mas valorizando conhecimentos mais variados, que tinham sido acolhidos nas chamadas Sete Artes Liberais.

Somente a partir do século XII, com o renascimento das cidades e as escolas religiosas e laicas que aí se desenvolveram, e, por outro lado, com o reaparecimento da escrita junto de uma elite nobiliárquica, alterações de algum significado teriam lugar. Anunciava-se o reatar dos meios laicos com a cultura escrita e a emergência de uma nova cultura latina que terá nas universidades nascentes os seus polos dinamizadores. Ambas as novidades chegam a Portugal no século seguinte².

Os inícios da Universidade e a mulher

A 12 de Novembro de 1288, um grupo de clérigos portugueses, com aprovação régia, enviava ao Papa uma carta em que dava conta dos preparativos que estavam a ser feitos para a fundação de um Estudo Geral em Lisboa, pedindo-lhe a confirmação do mesmo. Essa confirmação chegou a 5 de Agosto de 1290, numa altura em que o Estudo estaria já em funcionamento. Mas cerca de 18 anos depois anunciava-se a sua transferência para Coimbra, invocando-se para tal as dificuldades da acomodação da nova instituição, ruidosa e privilegiada, na dinâmica cidade do Tejo³.

Tanto no documento de 1288, quanto num documento de 15 de Fevereiro de 1309, que renovava os seus privilégios na nova casa coimbrã, são identificadas, de um modo claro, as duas principais razões da sua fundação: (I) a necessidade de conhecimento das leis, base de uma governação onde deveriam imperar a justiça e a equidade; (II) os benefícios de uma formação clerical sólida para o fortalecimento da Igreja e para a luta contra as heresias. Esta justificação de teor político e religioso nortearia certamente as orientações disciplinares da nova instituição, quer reforçando o conhecimento erudito que estava na base da formação clerical desde os finais do mundo antigo (em particular no âmbito da gramática, da retórica e da dialéctica), quer orientando-se, dentro das novas disciplinas que se afirmavam com a Universidade — o direito, a teologia e a medicina — para aquela que se terá imposto junto da instituição portuguesa desde o início: ou seja, o direito, nos seus dois grandes ramos medievais, o eclesiástico/canónico e o civil/romano.

presque entièrement», Duby (1975, p. 10). Sobre a cultura germânica veja-se o balanço de Millet (2007, caps. I e II).

² Para as transformações culturais dos séculos XII-XIII veja-se Le Goff, 1973, partes I e II. Mais abrangente, mas não menos importante para a compreensão da arte e cultura de ambos os séculos, Duby, 1979, pp. 97-184. Uma síntese mais recente pode ver-se em Power, 2007, cap. 5.

³ Os três documentos foram editados e traduzidos em Brandão, 2008, [136]-[142], para as traduções). Para os estatutos de D. Dinis pode ver-se igualmente uma edição e respectiva tradução em Rodrigues, 1991.

Reconheça-se desde já que para a mulher, perante tal enquadramento — e quando não ocupava lugares eminentes dentro da Igreja ou no apoio jurídico ao poder político —, não parecia haver grande futuro neste Estudo, sendo por todos conhecida a demora da sua chegada à instituição. Mas ela não deixa de ser mencionada, com funções culturais específicas, embora fora do âmbito da cultura latina, no documento de 1309 que renova os privilégios da universidade nesta primeira presença em Coimbra, onde permanecerá até 1338. Já na parte final desse documento, o rei, propondo-se disponibilizar aos escolares o ambiente de tranquilidade adequado aos estudos — afastando-os dos assuntos seculares, da actividade militar e dos deleites mundanos — legisla o seguinte [tradução]:

«... queremos e mandamos aos nossos funcionários e aos seus escudeiros e sequazes, a todas as soldadeiras do nosso reino e a todos os histriões e mimos, que daqui em diante não se atrevam a entrar nas casas dos escolares ou dos doutores, a fim de aí se hospedarem ou comerem; mais ainda, proibimos aos mimos e soldadeiras acima referidos que não tentem pedir nada aos já mencionados escolares, ou mesmo exigir a título de oferenda...»⁴.

Desvenda-nos este excerto um pouco do quotidiano estudantil e da mistura cultural que representava a Universidade para quem se deslocava para Coimbra com o objectivo —sê-lo-ia, no início da instituição, para a quase totalidade dos escolares — de melhorar a sua formação clerical, complementando-a com o aprofundamento de conhecimentos no âmbito da teologia, do direito ou da medicina. Vemos que os estudantes poderiam ser surpreendidos nas suas residências pela chegada de jograis e respectivas acompanhantes, grupos que aí encontravam guarida e onde aparentemente eram bem acolhidos. É precisamente contra estes espectáculos jogralescos que a legislação régia procura acautelar o ambiente estudantil, escudando-se na tranquilidade e sossego que devia presidir ao dia a dia dos escolares, de modo a não perturbar o estudo das matérias ensinadas nos cursos.

Jogralesas e soldadeiras

Integrado numa das cidades mais importantes do reino, o meio estudantil defrontava-se assim com uma cultura urbana ainda mergulhada no âmbito da oralidade, e por isso mal conhecida, onde pontificavam o jogral e a soldadeira, dois agentes culturais bem conhecidos dos círculos trovadorescos portugueses desde os inícios do século XIII e figurando nas iluminuras do Cancioneiro da Ajuda no acompanhamento instrumental das cantigas. Quanto à soldadeira, podendo aparecer

⁴ Tendo em vista a clarificação do texto, introduzimos algumas alterações às traduções antes citadas deste documento de D. Dinis, em particular no que diz respeito à identificação dos agentes culturais laicos neles mencionados.

associada a outras designações, como a mais erudita de *estipendiária*⁵, de jograleses ou de cantadeira, desempenharia um papel importante nestes espectáculos que podiam conciliar cantares com mímica e teatro, dança ou narrativas de tipo diverso consoante o reportório desta ilustre parelha e os círculos que frequentavam⁶.

Algumas delas apareceram ocasionalmente na documentação, como uma D. Teresa «jograreisa», cuja casa confrontava com um prédio rústico em Valada (Santarém), em 1299. Outras surgem em cartas que se refere às suas próprias actividades, como a de D. Pedro IV de Aragão, de 14 de Maio de 1336, em que recomenda os jograis Fernão Peres, português, e sua mulher Sancha [Fernandes], que se preparavam para viajar exercitando a sua arte. De outras preservou-se a memória da sua ligação a membros da nobreza, como Clara Vicente, que em fins do século XIII foi barregã de Fernão Afonso Alcoforado, de quem teve um filho⁷.

Que a sua presença era igualmente habitual em ambientes nobiliárquicos mais ou menos cortesãos, para além do testemunho dos cantares trovadorescos, é-nos aclarado na legislação relativa ao direito de padroado — isto é, ao direito de algumas famílias da nobreza usufruírem de aposentação e comedoria em mosteiros —, legislação que tentava controlar o séquito com que cada nobre se poderia apresentar nessas instituições. Foi o caso de uma lei de D. Dinis de 1307 em que reafirma uma lei de seu pai pelo facto de os ricos-homens se continuarem a aposentar nos mosteiros com séquitos mais alargados e levando também para lá “as suas mulheres e soldadeiras e jograis muitos e comem com eles nos claustros e nas câmaras dos priores e dos abades”⁸. O próprio rei não parece ter ficado imune a esta legislação em que procurava controlar a presença destes agentes culturais quer junto da universidade quer da nobreza. Na verdade, D. Afonso III nos inícios do seu reinado, parece ter-se preocupado com a necessidade de alguma contenção nas despesas da corte, tendo alguns dos seus cortesãos apresentado um regimento cujos decretos XI-XII redefiniam o acolhimento a soldadeiras e jograis nos paços régios⁹.

Refranes que dizem las viejas tras el fuego

Se sairmos das cidades e das cortes, e mantendo-nos em contextos culturais onde a difusão e preservação de saberes e narrativas são assegurados oralmente, através da palavra ou da associação da poesia e da música, verificamos que a mulher parece surgir,

⁵ Esta designação, ligada igualmente aos proventos que retirava do seu trabalho, era a preferida por Álvaro Pais, bispo de Silves, na parte em que fala nos ‘pecados dos príncipes’ no seu *Espelho dos Reis*. Cf. Barbosa, (ed.), 1992, p. 187.

⁶ Menéndez Pidal, 1991, pp. 51-66; Oliveira, 1995, pp. 47-61; Oliveira, 2001.

⁷ *Torre do Tombo*, CR, Chelas, m. XIV, doc. 262; Gómez, 1986; Mattoso, 1980, vol.1, p. 420.

⁸ Albuquerque e Nunes, 1988, p. 65; Oliveira, 2001.

⁹ Ventura, 2009, pp. 275-278; Oliveira, 2001.

soberana, como o principal elo da transmissão da cultura tradicional dos meios rurais. É, pelo menos, para ela que aponta o título de uma das primeiras compilações peninsulares de provérbios — efectuada na primeira metade do século XV por Iñigo López de Mendoza, o marquês de Santillana —, e que dá uma clara primazia, senão na produção pelo menos na transmissão de provérbios e de outros saberes práticos, sobretudo às mulheres em que se associam idade e experiência: *Refranes que dizem las viejas tras el fuego*. Parafraseando José Mattoso, que fez um balanço da literatura proverbial na Idade média portuguesa:

«Não bastam as manifestações externas, públicas, registadas nas fontes documentais e narrativas para conhecer a vida [das sociedades rurais]. Por detrás delas estão mecanismos ocultos onde, pelo menos ao nível da prática, intervêm as mulheres, e mesmo as de idade, a quem é cometido o papel de transmitirem as fórmulas condensadoras do saber colectivo e de ditarem os limites dentro dos quais se devem pôr em prática as regras estabelecidas, tendo em conta o seu carácter relativo e teórico»¹⁰.

Numa cultura cujo funcionamento e evolução foram imunes às transformações da sociedade circundante, desde que ela não pusesse em causa modos de vida tradicionais, não seriam de esperar grandes alterações quanto ao papel da mulher pelo facto de, nos primórdios da universidade portuguesa nos situarmos a cerca de um século de distância da compilação do marquês de Santillana. Sendo certo que, tratando-se de uma compilação relativa a uma faceta da cultura rural pré-existente, ela remeteria também, inevitavelmente, para o século em que nos situamos.

A mulher e o livro

É tempo, enfim, de olharmos para o contributo da mulher no âmbito da cultura escrita. Pelos finais do século XIII, essa cultura dizia respeito não somente aos clérigos, mas também à elite laica, isto é, à nobreza, cujo regresso à escrita se iniciara na passagem do século XII para o século XIII com os primeiros cantares trovadorescos. Assinalámos igualmente o contributo da mulher no ambiente cortesão, apoiando apenas instrumentalmente o espectáculo trovadoresco, porquanto desconhecemos na Península a figura da *trobairitz* occitânica, ou seja, da mulher compositora. Mas terá de se assinalar que a sua proximidade com a escrita, em contexto mecenático, é já conhecida na primeira metade do século XII. Refiro-me à valorização recente dos mecenatos de D. Urraca de Castela e de D. Teresa de Portugal, em particular, no caso que nos interessa, pela presença junto da governante portuguesa do tradutor João de Sevilha e Lima, a quem esta encomendou a tradução do árabe para o latim da obra *Secretum Secretorum* (atribuída a Aristóteles) e que inclui um espelho de príncipes

¹⁰ Mattoso, 1987, pp. 16-17.

redigido sob a forma de conselhos epistolares a Alexandre Magno. Das obras do tradutor retira-se ainda a indicação de que concluiu outros trabalhos em Límia, região do sul da Galiza pela qual D. Teresa manifestou particular interesse e para a qual se afastou após 1128¹¹.

Mais de um século depois, a infanta D. Mafalda, conhecida pela revitalização trazida ao mosteiro de Arouca, onde introduziu a regra cisterciense, deixava ao mosteiro de frades pregadores do Porto uma quantia para livros, perdoava uma dívida a Alcobaça deixando-lhe ainda uma bíblia que lhe tinham ofertado, e mandava a sua irmã Urraca, entre outras coisas, um Livro de Horas de Nossa Senhora (Coelho 1989: doc. 16). A leitura destas obras de carácter religioso ou de simples Livros de Orações parecia ter-se divulgado junto das mulheres da linhagem régia ou mesmo junto de damas da alta nobreza, a ajuizar pelas representações que algumas parecem ter escolhido para os jacentes dos seus túmulos. Datam precisamente de finais do século XIII e primeira metade do século XIV alguns jacentes onde a dama surge, serena, em postura de leitura de Livros de Orações. Para mencionarmos apenas dois deles, ambos presentes na Sé de Lisboa, um pertencerá, a partir da respectiva heráldica, a D. Constança, filha de D. Afonso, senhor de Portalegre, e de D. Violante Manuel, e o outro pertence a D. Maria Rodrigues de Vilalobos, mulher de Lopo Fernandes Pacheco. A encomenda do segundo terá sido providenciada pela própria D. Maria Rodrigues após a morte do marido, em 1349, constando de dois túmulos, da inscrição funerária de D. Lopo narrando episódios importantes da sua vida e de uma grade de ferro forjado que encerraria a capela de S. Cosme e S. Damião onde se situam os túmulos (Barroca 2000: nº 439 e 709; Fernandes 2001: 42-60 e 61-72).

O caso de D. Mafalda, com a sua proximidade a algumas instituições monásticas, como Alcobaça, desvendou-nos a mulher como receptáculo de doações de livros, neste caso de teor religioso. Mas essas doações, quando eram provenientes do seio familiar, por via paterna ou materna, poderiam reflectir interesses culturais exteriores a preocupações propriamente religiosas. Terá sido esse o caso dos “livros e escrituras” do avô, que D. Branca, filha de Afonso III e neta de D. Afonso X de Castela, possuía e que, no seu testamento de 1321, mandava entregar a D. Maria de Molina¹². Faltando-nos indicações mais concretas desse conjunto de obras, teremos de pensar que remeteriam certamente para áreas que mereceram alguma atenção por parte do rei Sábio, estando integradas, em consequência, na dinâmica cultural imprimida pelo monarca na corte castelhana e que constituiu, porventura, o seu principal legado¹³.

De diferentes formas, vemos, assim, a mulher mergulhada na leitura e detentora de livros. Para a rainha D. Isabel, de acordo com a biografia feita pouco depois da sua

¹¹ Ferreira, 2016.

¹² Lizoain Garrido, 1987, doc. 364 e p. 325, para a referência aos livros de D. Afonso X e ao pedido da sua entrega à rainha.

¹³ É bem conhecida a actividade cultural desenvolvida na corte deste monarca ao longo do seu reinado, que se espraiou por diferentes domínios, nomeadamente o direito, a historiografia, a poesia ou a ciência. Balanços dessa actividade foram sintetizados por vários historiadores, como Salvado Martínez, 2003, caps. VII a IX, ou González Jiménez, 2004, cap. XV.

morte, a oração e a leitura seriam lenitivos para esquecer o “peccado de luxuria” do rei¹⁴; mas a sua formação, a seguirmos o mesmo autor, era suficientemente sólida para lhe permitir corrigir os próprios clérigos¹⁵:

«E des que ouviom as Vesperas que se diziom pellos seus clerigos tornava a dizer Vesperas com sas freiras; assi era entenduda e costumada em rezar, que se os seus clerigos erravam em sa presença em leer, ou em o canto, ella os corregia e emendava, e ella lia mui bem em Latim e linguagem.» (Vianna 1954: 105)

Com Bataça Lascaris encontramos-nos no mesmo mundo cortesão e com idêntica proximidade da corte. Mas é um caso à parte, em virtude de um enquadramento mais laico e da sua formação oriental. Estudada por Maria Helena Coelho e Leontina Ventura, o que me permite maior brevidade, esta princesa bizantina cujo imponente túmulo se encontra na Sé de Coimbra, acabou por se ligar a Portugal por via de Isabel de Aragão, de quem era familiar. Aqui casa, com Martim Anes de Soverosa, e por cá se mantém — se exceptuarmos os anos em que rumou para Castela como aia de D. Constança, filha de D. Dinis e de D. Isabel, e rainha daquele país entre 1302 e 1313 (Coelho e Ventura 1986). Relembriamo-la aqui porquanto o inventário dos seus bens levado a cabo em 1336 nos desvenda a sua biblioteca com 15 obras, a primeira que conhecemos em Portugal nos meios laicos (Coelho e Ventura 1987).

Registe-se que, para além de um núcleo de obras religiosas, sempre presente nas bibliotecas nobiliárquicas, D. Bataça possuía outras, produzidas certamente na corte de Castela, de carácter historiográfico ou legislativo, sendo mesmo anotada uma “que fala do Çide”. E esta diversidade de interesses acompanha, de algum modo, a diversidade das línguas em que essas obras estão escritas, sendo mencionados o grego, o latim, o castelhano e o leonês nas seis obras que as indicam. A memória de D. Bataça alimentou ainda a cultura popular na região de Santiago de Cacém, o seu centro senhorial, em virtude de paços e das igrejas aí construídas, dando origem a lendas onde se transfigura em conquistadora da povoação, depois de ter aportado, com a sua esquadra, a Sines.

Conclusões gerais

Concluamos, com a consciência das dificuldades da empresa perante balanços ainda precários pela falta de sistematicidade dos dados em presença.

¹⁴ Vianna, 1954, p. 83.

¹⁵ Segundo Muñoz Fernández, “la inteligència es una cualidad carismática de la Reina que también se reconoce a otras santas, pero que no se atribuye, como cualidad, a la mujer como colectivo em la mentalidade de la época” (Muñoz Fernández, 1989, pp. 1138). Talvez uma análise comparativa de textos de cariz biográfico sobre rainhas peninsulares ou europeias dos séculos XIII e inícios do XIV permita destrinçar, nos respectivos retratos culturais, o que atribuir ao desenho modelar destas obras em relação às figuras de rainhas ou princesas, daquilo que poderá corresponder a uma maior aproximação às respectivas biografias. Cf., igualmente, Rosa, 2010, pp. 38-42.

Se no âmbito da cultura oral das comunidades rurais o papel da mulher parece ser essencial para a preservação e transmissão do saber dessas comunidades, e eventualmente para a sua produção, nos séculos XIII-XIV, em ambiente urbano ou cortesão, esse papel parece apagar-se um tanto, limitando-se a uma participação menos activa na difusão dessa cultura. Na dependência do jogral ou do trovador, como coparticipante limitada ao apoio instrumental ou corporal, através da dança, os jograis, trovadores ou clérigos deixaram dela uma imagem orientada não tanto para valorar as suas capacidades, quanto para acentuar o ambiente de alguma libertinagem associado aos círculos cortesãos que frequentava.

Do lado da sua ligação à cultura escrita, onde ainda não se lhe conhece uma produção própria, para além de nos vermos restringidos aos círculos da família régia ou da mais alta nobreza, parece prevalecer uma orientação de teor mais religioso, onde dominam os textos sagrados, as hagiografias e outras leituras de edificação, que se acordam com as ligações estabelecidas por algumas delas com diferentes instituições monásticas. Exceptuam-se, no período anterior, D. Teresa, que encomendara a tradução de um espelho de príncipes, e em parte D. Branca e D. Bataça, por livros recebidos em herança ou comprados, como certamente o foram os de D. Bataça, que parece revelar alguma sintonia com a cultura cortesã que se vinha a desenvolver na corte castelhana desde a segunda metade do século XIII¹⁶.

Uma incursão mais sistemática nas fontes do período poderá ajudar a aferir melhor o retrato deixado.

Bibliografia:

Albuquerque, Martim de; Nunes, Eduardo Borges (ed., 1988), *Ordenações del-rei Dom Duarte*, Lisboa, FCG.

Barbosa, João Morais (ed., 1992), *Álvaro Pais*, Lisboa e S. Paulo, Editorial Verbo.

Barroca, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa*, 3 vols, Lisboa, FCG-FCT.

¹⁶ Tratando do tema da mulher e da cultura sobretudo na primeira metade do século XIV, descuramos, naturalmente, a sua presença nas instituições monásticas, onde, ressalvada a proximidade a essas instituições de dois dos exemplos referidos, não é ainda notória a formação cultural no âmbito da cultura latina que parece detectar-se no século seguinte (Cf. Gomes 2022, pp. 575-596). Mesmo a cultura do clero urbano, tão activa no século XIII parece ter esmorecido por então, com a escrita e sua utilização a serem canalizadas sobretudo para actividades do domínio “político-social, jurídico e administrativo” (cf. Santos 2005, para um balanço dos meios e usos na escrita por meados do século XIV).

- Beceiro Pita, Isabel (2007), «La relación de las mujeres castellanas con la cultura escrita (siglo XIII-inicios del XVI)», in Isabel Beceiro Pita, *Libros, Lectores y Bibliotecas en la España Medieval*, Murcia, Nausícaä, pp. 547-586.
- Brandão, Frei Francisco (2008), *Monarquia Lusitana*, V (reimpressão da edição facsimilada de 1976), Lisboa, INCM.
- Gómez, Maria Carmen (1986), «Da música em Portugal no século XIV», *JL. Jornal das Letras, Artes e Ideias*, ano VI, nº 214 (11 a 17-8-1986)
- Coelho, M. Helena da Cruz (1989), *Arouca. Uma terra, um mosteiro, uma santa*, Arouca, Câmara Municipal.
- Coelho, M. Helena da Cruz e Leontina Ventura (1986), «Vataça – Uma dona na vida e na morte», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. 1, pp. 159-194.
- Coelho, M. Helena da Cruz & Ventura, Leontina (1987), «Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência», *Revista de História das Ideias*, 9, pp. 33-77.
- Duby, Georges (1975), *L'An Mil*, Paris, Gallimard/Julliard.
- Duby, Georges (1979), *O Tempo das Catedrais. Arte e Sociedade (980-1420)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Fernandes, Carla Varela (2001), *Memórias de Pedra. Escultura tumular medieval da Sé de Lisboa*, Lisboa, IPPAR.
- Ferreira, Maria do Rosário (2016), «L'action culturelle de la reine Teresa du Portugal», *e-Spania*, 24. DOI: 10.4000/e-spania.25777, [consultado a 23/11/2019].
- Gomes, Saúl António (2022), «Testemunhos de exercícios abaciais e de autografia em mosteiros cistercienses femininos portugueses na Baixa Idade Média», in Arnaldo Espírito Santo, Maria Cristina Pimentel, Paulo Farmhouse Alberto e Rodrigo Furtado (coords.), *Optimo Magistro Sodalivm et Amicorum Mvns. Homenagem a Aires A. Nascimento pelo seu 80º aniversário*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos.
- González Jiménez, M. (2004), *Alfonso X el Sábio*, Barcelona, Ariel.
- Le Goff, Jacques (1973), *Os Intelectuais na Idade Média*, Lisboa, Estúdios Cor.

Lizoain Garrido, J. M; Araceli Castro Garrido e F. Javier Peña Pérez (1987), *Documentación del Monasterio de las Huelgas de Burgos*, vol. V, Burgos, ediciones J. M. Garrido Garrido.

Mattoso, José (ed., 1980), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 voll, Lisboa, Academia das Ciências.

Mattoso, José (1987), *O Essencial sobre os Provérbios Medievais Portugueses*, Lisboa, INCM.

Menéndez Pidal, Ramón (1991), *Poesía Juglaresca y Juglares. Orígenes de las literaturas românicas*, Madrid, Espasa Calpe.

Millet, Victor (2007), *Héroes de Libro. Poesía heroica en las culturas germánicas medievales*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

Muñoz Fernández, Angela (1989), «Santa Isabel Reina de Portugal: Una infanta aragonesa paradigma de religiosidad y comportamiento femenino en el Portugal bajomedieval», in *Actas de las II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. III. Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 1127-1143.

Oliveira, António Resende de (1995), *Trobadores e Xograres. Contexto histórico*, Vigo, Editorial Xerais.

Oliveira, António Resende de (2001), *Aventures i Desventures del Joglar Gallegoportuguès*, trad. de Jordi Cerdà, Barcelona, Columna edicions.

Power, Daniel ed. (2007), *El Cenit de la Edad Media*, Barcelona, Crítica.

Rodrigues, Manuel Augusto (1991), *Os Primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra.

Rosa, Maria de Lurdes (2010), «A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajectos de vida», in Maria de Lurdes Rosa, *Santos e Demónios no Portugal Medieval*, Lisboa, Fio da Palavra, pp. 15-67.

Salvado Martínez, H. (2003), *Alfonso X, el Sabio. Uma biografia*, Madrid, Polifemo.

Santos, Maria José de Azevedo (2005), *O Valor da Escrita em Tempos de Inês de Castro*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal.

Ventura, Leontina (2009), *D. Afonso III*, Lisboa, Temas e debates.

Vianna, José (ed.,1954). *A Vida da Rainha Santa Isabel*, Coimbra, Coimbra Editora.

Ward Perkins, Bryan (2006), *A Queda de Roma e o Fim da Civilização*, Lisboa, Alêtheia Editores.